
EDITORIAL

25 ANOS DE RENOVAÇÃO LITÚRGICA

O XXV aniversário da promulgação da Constituição Conciliar Sacrosanctum Concilium (4.12.1963) foi comemorado por João Paulo II com uma Carta Apostólica em que se faz uma avaliação deste quarto de século de esforços pela renovação litúrgica e se olha para o seu futuro. Na última assembléia da CNBB foi promulgado um documento em que o episcopado brasileiro faz algo semelhante olhando para o Brasil. É um documento extenso e bem estruturado, intitulado Animação da vida litúrgica no Brasil, fruto de longos anos de preparação. Começou-se com uma pesquisa promovida pela Linha 4 (Dimensão Litúrgica) da CNBB, ao se completarem os 20 anos da promulgação da Constituição conciliar. O resultado, devolvido às bases e amplamente refletido e criticado por diversas instâncias, terminou se concretizando neste documento da CNBB, que modestamente se apresenta no subtítulo como "Elementos de Pastoral Litúrgica". Ele tem como objetivo a promoção e animação da Pastoral Litúrgica e quer contribuir à formação de agentes de Pastoral e a dinamizar as celebrações e a impulsionar a adaptação litúrgica conforme os apelos do Espírito na Igreja. Mas para fazer isso o documento, após breve avaliação da caminhada litúrgica pós-conciliar no Brasil, retoma as idéias mestras da Constituição conciliar, numa releitura a partir da situação presente e em função da renovação da pastoral litúrgica, acrescentando, numa segunda parte, orientações pastorais sobre a Celebração Eucarística.

O documento, evidentemente, não teve na grande imprensa a divulgação que tiveram os documentos relacionados diretamente com temas políticos. É natural que esses meios de divulgação não captem o que o próprio documento afirma de ser a dimensão litúrgica "a alma" de todas as outras dimensões da ação eclesial, como, por exemplo, "a dimensão profética e transformadora". Mas será que os próprios cristãos compreendem isto? Ou essa frase dos Bispos será apenas a retomada obrigatória das afirmações conciliares sem apoio na realidade?

Quem viveu as apaixonadas discussões que envolveram a renovação litúrgica e viu por fim os frutos desses longos anos de aprofundamento espiritual do mistério cristão serem recolhidos na feliz afirmação do primeiro documento conciliar de ser a liturgia o cume para o qual tende a ação da Igreja e a fonte donde emana toda a sua força (n. 10),

não terá dificuldade em compreender a relevância do documento da CNBB. Mas 25 anos são mais do que suficientes para que as novas gerações possam ter perdido o contato com as grandes idéias defendidas pelos promotores da renovação litúrgica, ficando nos aspectos periféricos duma reforma litúrgica, às vezes, encarada apenas como reforma de rubricas. Para outros, é possível que 25 anos não tenham sido suficientes para mudar uma mentalidade com raízes ancestrais.

Grandes avanços marcam este quarto de século em matéria de Liturgia. O documento mostra isto. E uma justa avaliação do caminho percorrido não pode esquecer que ele segue a séculos de imobilismo e rigidez em matéria de liturgia. Mas, por outro lado, o documento deixa claro também, como o fazem outras avaliações aparecidas nos últimos anos em diversas partes do mundo, que há ainda um longo caminho a percorrer para que os entusiasmos renovadores despertados pelo primeiro dos documentos conciliares dêem todos os seus frutos.

Entre as propostas fundamentais da renovação conciliar estava a tradução dos livros litúrgicos às línguas vernáculas e, em fase ulterior, a adaptação dos textos e dos ritos às diversas culturas. Na primeira destas propostas caminhou-se muito em todos os países. Na segunda os passos dados são ainda muito tímidos. A recente Carta Apostólica de João Paulo II por ocasião do XXV aniversário da SC a apresenta como uma tarefa importante para o futuro (n. 16).

Outra das propostas fundamentais da SC é a participação da comunidade eclesial na celebração, diversificando ministérios e funções. Certamente muito se fez nesta direção. O documento da CNBB o mostra de diversas formas. Mas tiraram-se já todas as conseqüências da doutrina conciliar sobre o sacerdócio comum dos fiéis? Isso para não falar do que os Bispos caracterizam como o "uso servil dos folhetos", que possivelmente é uma das práticas litúrgicas estendidas, e que tem como conseqüência mais funesta a de esconder sob a aparência de participação a falta de um verdadeiro envolvimento da comunidade na ação litúrgica.

Duas tarefas fundamentais se apresentam para o futuro da renovação litúrgica: a adaptação da Liturgia às diferentes culturas e o aprofundamento da renovação já adquirida, para que chegue a ser patrimônio de todo o povo de Deus e não apenas de certos grupos mais empenhados nela. Para isto requer-se um empenho ainda maior na formação litúrgica do Povo de Deus: dos pastores e dos fiéis. Os documentos citados insistem nestes pontos.

Ao nosso ver, esta segunda tarefa é a base sobre a qual poderá erguer-se a primeira. Uma lição clara ficou da experiência destes 25 anos: a adaptação dos ritos litúrgicos às diversas condições culturais não

se faz através de uma criatividade incontida, que busca a novidade pela novidade, e não permite sedimentação de nenhuma experiência mais profunda. Inúmeras tentativas neste sentido, efêmeras e superficiais, mostram a esterilidade destes processos. Em muitos casos não conseguiram mais do que irritar os fiéis, quando impostas autoritariamente pelos ministros ou animadores da liturgia sem terem nascido de uma consciência comum que busca expressar sua fé. Pelo contrário, onde está aparecendo algo novo é precisamente aí onde se tem procurado assimilar em profundidade, até que faça parte da própria vida, a mais autêntica tradição litúrgica da Igreja, superando por uma iniciação paciente a distância que não pode deixar de existir entre formas litúrgicas herdadas do passado e uma vida que procura responder aos apelos do momento histórico. Quando isto acontece, imperceptivelmente, vão aparecendo novas formas, novos estilos de celebração.

Em liturgia, como em geral em toda a vida da Igreja, só permanece aquilo que é sedimentação das expressões mais autênticas de uma fé vivida em profundidade. Está em jogo a lei fundamental da transmissão do cristianismo: a "tradição" recebida deve passar a ser vida, penetrando até as raízes mais profundas do ser — nesse processo transformador que biblicamente é chamado de "conversão ao evangelho" — para depois expressar-se em formas novas como expressão da experiência sempre nova e original — e contudo sempre reconhecível na sua identidade originária e na unidade de uma fé comum — que cada geração deve fazer.

Por isso se a retomada pelo Papa da proposta, já presente na Constituição conciliar de adaptação da Liturgia às diferentes culturas, desafia as instâncias romanas encarregadas de regulamentação da Liturgia, que, por vezes, nestes últimos anos parecem ter-se apresentado como freio às iniciativas das Igrejas particulares, ela deve se apresentar em primeiro lugar como incentivo ao Povo de Deus, pastores e fiéis, para o aprofundamento da renovação litúrgica.

Para que a reforma não se dilua apenas em mudança de rubricas, este aprofundamento deverá chegar a suas raízes teológicas. Se tanto o documento da CNBB como a Carta Apostólica e João Paulo II retomam as idéias mestras da SC é certamente porque se pensa que elas estão ainda longe de ser patrimônio comum do povo cristão, modeladoras de sua vida. A pergunta de se realmente os cristãos concebem a dimensão litúrgica como a alma de todas as outras dimensões da ação eclesial não é uma figura retórica. Os bispos canadenses em recente documento sobre a renovação litúrgica escrevem: "Estamos na situação em que no interior mesmo da Igreja, são cada vez mais numerosos os crentes que julgam poder viver uma existência cristã normal, sem participar regularmente

nas celebrações da sua comunidade cristã”.

Se certamente esta não é a mentalidade dos fiéis que freqüentam nossas igrejas, não podemos negar — e bastaria para isso fazer as estatísticas dessa freqüência — que também entre nós essa mentalidade secularizante possa estar bastante estendida. Mas é preciso ir mais longe. Não é verdade ainda que falar em “liturgia” desperta o interesse apenas de certos grupos especializados, das equipes litúrgicas, de certos padres, etc.? Não continua vigorando a concepção da liturgia como “revestimento ritual” dos atos eclesiais?

A afirmação conciliar, retomada pela CNBB e pelo Papa, de que a liturgia é fonte da atividade da Igreja, não será ainda uma “novidade” a ser assimilada? Ser fonte significa que sem ela não há vida eclesial. É claro que foi possível viver muitos séculos, reduzindo essa “fonte” a um “minimalismo sacramental” que garantisse a validade dos ritos, de acordo com os teólogos, e a partir daí procurar o alimento para a vida cristã em outras formas de piedade. Mas se havia no Concílio alguma coisa que abria esperanças de renovação para a vida eclesial e para sua ação em favor da humanidade era precisamente a redescoberta da sacramentalidade de toda a vida eclesial e da sua força simbólica. E, por sua vez, se fazia também a redescoberta da comunidade cristã como força transformadora, como fermento no meio do mundo, superando a concepção da religião como meio para a salvação individual, e a percepção de que essa força só pode provir da presença vitoriosa, no meio dela, do Senhor ressuscitado. Educar para a vivência dessa presença atuante do Senhor, nas suas múltiplas manifestações na assembléia litúrgica, era uma das mais importantes propostas da SC.

O questionamento que nos vem de tudo isto, a alma da renovação litúrgica, será compreender a novidade do culto cristão, que é trazido de um lugar mítico e sagrado para o coração da vida e que por isso se torna capaz de fazer de toda a vida do cristão “um culto espiritual” (Rm 12, 1). Mas nesta novidade está contida também a maior dificuldade que pode surgir para a sua compreensão. Passar do culto formal e exterior para a oblação da própria vida, com o Cristo, em favor da libertação do mundo, não dispensaria de toda expressão ritual? Haveria já lugar para uma liturgia? Ou tudo será agora liturgia? O Concílio e os recentes documentos sentem a necessidade de afirmar que a liturgia não esgota a vida da Igreja. “Liturgia não se confunde com catequese nem com ação transformadora do mundo” afirmam os bispos brasileiros (n. 51). E contudo são “a alma” delas, a “sua fonte” e o “seu ponto culminante”. Aqui está tudo: compreender que sem “liturgia” não há ação transformadora, nem catequese (bastem estes dois exemplos) é compreender que só é possível trabalhar a autêntica libertação dos homens, a liberta-

ção que pode ser fruto do Reino de Deus, que vem a nós como graça, pelo poder do Espírito do Senhor Ressuscitado que nos é dado sacramentalmente, através dos gestos litúrgicos. É também aí que nos é dada, gratuitamente, a boa nova de Jesus Libertador que devemos anunciar ao mundo. (Que possam existir caminhos "extraordinários" para a comunicação desta ação gratuita de Deus, não diminui, antes ilumina "a sacramentalidade" da ação confiada à Igreja).

Portanto, levar adiante a reforma litúrgica significará o aprofundamento em nossas comunidades (no sentido intensivo e extensivo) da consciência da liturgia como fonte e como ponto culminante, a consciência de que toda a ação da Igreja, todo o serviço do Reino, têm que nascer constantemente do Senhor Ressuscitado, a partir da comunidade viva que ele escolheu para expressar sua presença transformadora no mundo e tender para a comunhão de vida com Ele.. Entender isto é entender que, por vontade do Senhor, a sacramentalidade dessa comunidade deve estar a serviço dessa sua presença libertadora, de forma que não só expresse mas realize a assimilação progressiva das vidas humanas que celebram a liturgia à vida daquele que aboliu os sacrifícios antigos, para fazer da sua doação pascal, por amor, em favor "da multidão", o único ato de culto agradável a Deus.

Na medida em que isto se realizar no povo cristão, estar-se-á criando condições para a verdadeira criatividade litúrgica que dará lugar a ritos mais adaptados às diferentes culturas, porque "viver a liturgia como fonte e como ponto culminante" da própria vida, que se quer toda ela uma entrega com o Cristo para a libertação integral dos irmãos, expressar isto sacramentalmente com gestos nascidos das profundezas desta entrega, não pode deixar de produzir expressões rituais que resistirão ao desgaste dos tempos e das modas.

Para que toda a vida do cristão possa ser em Cristo, para o mundo, sacramento da Páscoa libertadora, no coração das diversas culturas, é preciso que haja um momento que seja fonte e ponto culminante dessa passagem da morte para a vida: o momento da celebração do Mistério. Nesse momento obviamente, precisamente por ser um momento da vida e expressão dessa vida, penetrada pelo Mistério que a liberta, não pode deixar de se manifestar, com força e sem violências, a liberdade criadora do Espírito.

Mas evidentemente encarar a renovação litúrgica desta forma, supõe que ela seja vista dentro de um processo global de renovação da vida eclesial e de toda sua ação pastoral.